

ÍNDICE

Prefácio da 2. ^a edição	5
--	---

PARTE II O PODER ADMINISTRATIVO E OS DIREITOS DOS PARTICULARES

CAPÍTULO I CONCEITOS FUNDAMENTAIS

§ 1.^o O Poder administrativo

1. A separação dos poderes	13
2. O poder administrativo: caracterização	22
3. Manifestações do poder administrativo	24
4. Corolários do poder administrativo	35

§ 2.^o Princípios constitucionais sobre o Poder administrativo

5. Enumeração	39
6. O princípio da prossecução do interesse público	43
7. <i>Idem</i> : o «dever de boa administração»	46
8. O princípio da legalidade	49
9. <i>Idem</i> : evolução histórica	52

10. <i>Idem</i> : conteúdo, objecto e modalidades	58
11. <i>Idem</i> : excepções ao princípio da legalidade	60
12. <i>Idem</i> : natureza e âmbito do princípio da legalidade	64
13. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares	70
14. <i>Idem</i> : a distinção entre direito subjectivo e interesse legalmente protegido	75
15. <i>Idem</i> : alcance da distinção	81
16. O poder discricionário da Administração: preliminares	84
17. <i>Idem</i> : natureza	88
18. <i>Idem</i> : fundamento e significado	95
19. <i>Idem</i> : evolução histórica	98
20. <i>Idem</i> : âmbito	102
21. <i>Idem</i> : limites	104
22. <i>Idem</i> : controlo do seu exercício	108
23. <i>Idem</i> : figuras afins: a) Interpretação de conceitos indeterminados ..	116
24. <i>Idem, idem</i> : b) Remissão da lei para regras extrajurídicas	126
25. O princípio da justiça: generalidades	128
26. <i>Idem</i> : o princípio da igualdade	135
27. <i>Idem</i> : o princípio da proporcionalidade	139
28. <i>Idem</i> : o princípio da boa fé	146
29. <i>Idem</i> : o princípio da justiça em sentido estrito	151
30. O princípio da imparcialidade	152

§ 3.º

A relação jurídica administrativa

30-A. A adopção do conceito de relação jurídica pela Ciência do Direito Administrativo	161
30-B. Espécies	163
30-C. Reelaboração do conceito de relação jurídica administrativa ...	167
30-D. Função do conceito de relação jurídica administrativa na construção da teoria geral do Direito Administrativo	168

CAPÍTULO II
O EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO

§ 1.º

Introdução

31. Modos de exercício do poder administrativo	173
--	-----

§ 2.º

O regulamento administrativo

32. Noção	177
33. Espécies	184
34. Distinção entre regulamento e lei	192
35. Distinção entre regulamento e acto administrativo	196
36. Fundamento do poder regulamentar	200
37. Limites do poder regulamentar	204
38. Competência e forma	213
39. Processo de elaboração dos regulamentos	219
40. Publicação	222
41. Vigência dos regulamentos: início	223
42. <i>Idem</i> : modificação e suspensão	224
43. <i>Idem</i> : inderrogabilidade singular	225
44. <i>Idem</i> : termo	227

§ 3.º

O acto administrativo

I

Conceito, natureza e estrutura

45. Origem e evolução do conceito de acto administrativo	231
46. Concepções doutrinárias acerca do conceito de acto administrativo	236
47. Definição de acto administrativo	238
48. Análise da definição: a) Acto jurídico	240
49. <i>Idem</i> : b) Acto unilateral	241
50. <i>Idem</i> : c) Exercício do poder administrativo	243
51. <i>Idem</i> : d) Acto praticado por um órgão administrativo	245
52. <i>Idem</i> : e) Acto decisório	249

53. <i>Idem</i> : f) Acto produtor de efeitos jurídicos numa situação individual e concreta	253
54. <i>Idem, idem</i> : os chamados actos colectivos, plurais e gerais	256
55. Importância do acto administrativo no estudo do Direito Administrativo	259
56. Natureza jurídica do acto administrativo	264
57. <i>Idem</i> : o papel da vontade no acto administrativo	267
58. Estrutura do acto administrativo	269
59. <i>Idem</i> : elementos, requisitos e pressupostos	277
60. Menções obrigatórias no acto administrativo	278

II

Espécies

61. Tipologia dos actos administrativos	281
62. Actos primários: a) Actos impositivos	282
62-A. Dos actos punitivos, em especial	284
63. Actos primários: b) Actos permissivos	287
64. <i>Idem, idem</i> : as pré-decisões	293
65. Actos secundários	295
66. Actos instrumentais	300
67. <i>Idem</i> : dos pareceres em especial	304
68. Classificações dos actos administrativos	307
69. <i>Idem</i> : a) Quanto ao autor: decisões e deliberações	307
70. <i>Idem, idem</i> : actos simples e complexos	308
71. <i>Idem</i> : b) Quanto aos destinatários: actos singulares, colectivos, plurais e gerais	310
72. <i>Idem</i> : c) Quanto aos efeitos: actos de execução instantânea e actos de execução continuada	310
73. <i>Idem, idem</i> : actos positivos e negativos	312
74. <i>Idem</i> : d) Quanto à localização do acto no procedimento e na hierarquia administrativos: actos definitivos e não definitivos	313
75. <i>Idem</i> : e) Quanto à susceptibilidade de execução administrativa: actos executórios e não executórios	315
76. <i>Idem</i> : articulação entre as duas classificações anteriores	318

III

Procedimento administrativo

77. Noção	320
-----------------	-----

78. Objectivos da regulamentação do procedimento administrativo ...	326
79. A codificação das normas do procedimento administrativo	328
80. Natureza jurídica do procedimento administrativo	332
81. Princípios fundamentais do procedimento administrativo	335
82. Espécies de procedimentos administrativos	346
83. O procedimento decisório de 1.º grau	349
84. A decisão tácita do procedimento	363
85. A defesa contenciosa contra a passividade da Administração no direito actual português	372
85-A. Prazo geral para a conclusão dos procedimentos comuns. Consequências da sua inobservância pela Administração	372
86. O procedimento decisório de 2.º grau: remissão	375
87. O procedimento executivo: remissão	375
88. A actuação da Administração Pública sem respeito das formas legais do procedimento: o estado de necessidade e a urgência	375

IV

Validade, eficácia e interpretação

89. Noções de validade e eficácia	381
90. (A) Requisitos de validade do acto administrativo	383
91. <i>Idem</i> : a) Requisitos quanto aos sujeitos	383
92. <i>Idem</i> : b) Requisitos de validade quanto à forma e às formalidades	385
93. <i>Idem, idem</i> : uma formalidade essencial, a obrigação de fundamentar o acto	387
94. <i>Idem, idem</i> : a forma do acto	396
95. <i>Idem</i> : c) Requisitos de validade quanto ao conteúdo e ao objecto	398
96. <i>Idem</i> : d) Requisitos de validade quanto ao fim	402
97. (B) Requisitos de eficácia do acto administrativo	403
98. (C) Validade e eficácia combinadas: a noção de «caso decidido» ou «caso resolvido»	412
99. Interpretação e integração do acto administrativo	415

V

Invalidez

100. Generalidades	419
101. A) A ilegalidade do acto administrativo	420
102. <i>Idem</i> : os vícios do acto administrativo	421
103. <i>Idem</i> : a usurpação de poder	422

104. <i>Idem</i> : a incompetência	426
105. <i>Idem</i> : o vício de forma	428
106. <i>Idem</i> : a violação de lei	429
107. <i>Idem</i> : o desvio de poder	432
108. <i>Idem</i> : cumulação de vícios	435
109. B) Outras fontes de invalidade	436
110. <i>Idem</i> : a ilicitude do acto administrativo	436
111. <i>Idem</i> : os vícios da vontade no acto administrativo	437
112. <i>Idem</i> : o problema da invalidade por vícios de mérito	441
113. C) As formas de invalidade: nulidade e anulabilidade	442
114. <i>Idem</i> : a nulidade	442
115. <i>Idem</i> : a anulabilidade	445
116. <i>Idem</i> : âmbito de aplicação da nulidade e da anulabilidade	446
117. <i>Idem, idem</i> : os casos de nulidade	447
118. Nulidade e inexistência do acto administrativo	451
119. <i>Idem</i> : referência à irregularidade	454
120. <i>Idem</i> : cumulação de formas de invalidade	456
121. D) Correspondência entre vícios e formas de invalidade	457
122. E) A sanção de actos administrativos ilegais	459

VI

Extinção e modificação. Revogação

123. Generalidades	463
124. A revogação	464
125. Figuras afins	466
126. Espécies	469
127. Regime de revogabilidade dos actos administrativos	473
128. <i>Idem</i> : a) Actos insusceptíveis de revogação	475
129. <i>Idem</i> : b) Regime de revogabilidade dos actos válidos	476
130. <i>Idem</i> : c) Regime de revogabilidade dos actos inválidos	487
131. Competência para a revogação	489
132. Forma e formalidades da revogação	496
133. Efeitos jurídicos da revogação	498
134. Da obrigatoriedade de revogação de certos actos administrativos ...	500
135. O fim da revogação	504
136. Natureza jurídica da revogação; o efeito repristinatório	504

VII

Suspensão, rectificação e sanção

137. A suspensão do acto administrativo	509
138. Rectificação do acto administrativo	512
139. Ratificação, reforma e conversão do acto administrativo	513

VIII

Execução

140. Generalidades	517
141. Princípios gerais da execução	521
142. Regime da execução	523
143. Fins e formas da execução	529
144. <i>Idem</i> : a) Execução para pagamento de quantia certa	530
145. <i>Idem</i> : b) Execução para entrega de coisa certa	531
146. <i>Idem</i> : c) Execução para prestação de facto	532

§ 4.º

O contrato administrativo

I

Conceito e classificações

147. Preliminares	537
148. Origem histórica e razão de ser do contrato administrativo	544
149. Admissibilidade da figura do contrato no direito público	549
150. Âmbito da figura do contrato administrativo	553
151. Cont.: o conceito legal de contrato administrativo	554
152. Cont.: a utilização do contrato administrativo	559
153. Classificações dos contratos administrativos	561

II

Alguns tipos legais de contratos administrativos

154. Contratos administrativos típicos	567
155. Empreitada de obras públicas	568
156. Concessão de obras públicas	570
157. Concessão de serviços públicos	572
158. Locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços	574

159. Concessão de exploração do domínio público	576
160. Concessão de uso privativo do domínio público	577
161. Concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar	579

III

A formação do contrato administrativo

162. Preliminares	581
163. Princípios gerais	584
164. Regime procedimental: considerações gerais	589
165. Cont.: tipos de procedimentos pré-contratuais	591
166. Cont.: fases e trâmites comuns aos diferentes tipos de procedimentos pré-contratuais	595

IV

Forma e interpretação do contrato administrativo

167. A forma do contrato administrativo	602
168. A interpretação e a integração do contrato administrativo	604

V

Invalidez do contrato administrativo

169. Preliminares	610
170. A invalidade derivada	611
171. A invalidade própria do contrato	614
172. O regime da invalidade	616

VI

Execução do contrato administrativo

173. Preliminares	618
174. Natureza das declarações do contraente público	620
175. O poder de direcção do modo de execução das prestações	622
176. O poder de fiscalização do modo de execução do contrato	624
177. O poder de modificação unilateral	625
178. O poder de aplicar sanções	637
179. Incumprimento do contrato: a) por parte do co-contratante privado	639
180. Cont.: b) por parte do contraente público	640
181. O caso imprevisto	642

VII

Extinção do contrato administrativo

182. Preliminares	648
183. O caso de força maior	649
184. A revogação	652
185. A resolução por iniciativa do co-contratante	653
186. A resolução por decisão do contraente público	655

§ 5.º

As operações materiais administrativas

187. Conceito	659
188. Espécies	662
189. Regime jurídico substantivo das operações materiais administrativas	664
190. Regime jurídico procedimental das operações materiais administrativas	667
191. Garantias dos particulares contra operações materiais administrativas ilegais ou ilícitas	669

CAPÍTULO III

A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

§ 1.º

Generalidades

192. Preliminares	671
193. Conceito	678
194. Soluções teoricamente possíveis	685
195. Evolução histórica	687
196. O sentido e alcance das previsões constitucionais	696
197. Síntese e apreciação global do direito vigente	704

§ 2.º

A responsabilidade por actos de gestão privada

198. A responsabilidade civil pré-contratual e contratual emergente de contratos sujeitos ao direito privado	711
--	-----

199. A responsabilidade civil extracontratual por actos de gestão privada 715

§ 3.º

A responsabilidade extracontratual por actos de gestão pública

I

Responsabilidade subjectiva

200. A responsabilidade civil extracontratual por actos de gestão pública: *a)* responsabilidade por acção ou omissão ilícita e culposa praticada pelos titulares de órgãos da Administração, seus funcionários, agentes ou representantes 719
201. Cont.: *b)* responsabilidade no âmbito do procedimento de formação de certos contratos administrativos 731

II

Responsabilidade objectiva

202. Cont.: *a)* responsabilidade por funcionamento anormal do serviço .. 736
203. Cont.: *b)* responsabilidade pelo risco 739
204. Cont.: *c)* responsabilidade por acto lícito 742

PARTE III

AS GARANTIAS DOS PARTICULARES

CAPÍTULO I

AS GARANTIAS EM GERAL

205. Preliminares 747
206. Conceito e espécies 747

CAPÍTULO II

GARANTIAS POLÍTICAS, ADMINISTRATIVAS
E CONTENCIOSAS

§ 1.º

Garantias políticas

207. As garantias políticas 751

§ 2.º

Garantias administrativas

208. Conceito 753
209. Espécies 755
210. A) As garantias petitorias 756
211. B) As garantias impugnatórias 761
212. a) A reclamação 763
213. b) O recurso hierárquico. Conceito 766
214. *Idem*: Espécies de recursos hierárquicos 767
215. *Idem*: Regime jurídico do recurso hierárquico 770
216. *Idem*: natureza jurídica do recurso hierárquico 776
217. c) Os recursos hierárquicos impróprios 781
218. d) O recurso tutelar 783
219. C) A queixa ao «Provedor de Justiça» 784

§ 3.º

Principais garantias contenciosas (Remissão)

220. As garantias contenciosas. Conceito de contencioso administrativo ... 791
221. Espécies 793